



# INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

20 / SETEMBRO / 2021

## DESTAQUES

### **SUPREMO COMEÇA A JULGAR TRIBUTAÇÃO DE SELIC**

Voto do relator, ministro Dias Toffoli, é favorável ao contribuinte  
Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

Os contribuintes saíram na frente na disputa sobre tributação da Selic no Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros começaram hoje a julgar a possibilidade de a União tributar o ganho que as empresas têm com a correção sobre a restituição de impostos pagos a mais (repetição de indébito). A Receita Federal cobra IRPJ e CSLL sobre os valores.

[Leia mais...](#)

### **COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA NÃO HOMOLOGADA IMPEDE NOVO PEDIDO PARA MESMO DÉBITO, AINDA QUE COM CRÉDITO DIFERENTE**

Uma vez negada a homologação de compensação de débito tributário, o contribuinte não pode reiterar o pedido em relação ao mesmo débito, ainda que apresente crédito fiscal distinto. A decisão foi tomada pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a qual não se admite nova declaração de compensação tributária de débito que já tenha sido objeto de compensação anterior não homologada, nos termos do artigo 74, parágrafo 3º, inciso V, da Lei 9.430/1996.

[Leia mais...](#)

### **ALÍQUOTAS SOBRE SALÁRIOS**

### **DESONERAÇÃO DA FOLHA: PROJETO É APROVADO NA CFT DA CÂMARA EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA**

Texto, que precisa ser aprovado até o fim do ano para evitar o fim do programa de desoneração, segue para CCJ

ÉRICO OYAMA

[Leia mais...](#)

### **ESCOLHA RÁPIDA**

### **DESONERAÇÃO DA FOLHA: RELATOR NA CCJ SERÁ O DEPUTADO MARCELO FREITAS**

Deputado é delegado e já preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento

ÉRICO OYAMA

[Leia mais...](#)

## **CCJ APROVA ADMISSIBILIDADE DA PEC DOS PRECATÓRIOS**

Proposta permite parcelamento ainda neste ano de 47 precatórios, gerando economia de R\$ 22,7 bilhões em 2022, segundo o governo

[Leia mais...](#)

## **PROJETO DO GOVERNO PREVÊ REDUÇÃO DE R\$ 22,4 BILHÕES EM BENEFÍCIOS FISCAIS ATÉ 2026**

Objetivo é reduzir o patamar dos subsídios de 4,3% para 2% do PIB em um prazo de oito anos

[Leia mais...](#)

## **PRESIDENTE DA CAE REJEITA NOMEAR LÍDER DO GOVERNO PARA RELATORIA DE REFORMA DO IR**

Proposta está parada há dias no Senado, o que tem preocupado a equipe econômica. Otto Alencar admite contrariedade com o teor da proposta: "Você tem crise hídrica, crise política e vai mexer com IR?"

Por Renan Truffi e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

[Leia mais...](#)

## **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

### **STF DERRUBA LIMINARES CONTRA CORTE DE ENERGIA EM EMPRESAS NA PANDEMIA**

Decisões foram dadas em pedidos apresentados por concessionárias do setor  
Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia mais...](#)

### **INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS -IRPJ E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL SOBRE A PARCELA CORRESPONDENTE À CORREÇÃO MONETÁRIA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.**

O plenário virtual do Eg. STF negou a existência de repercussão geral do tema, fixou a seguinte tese: "É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a correção monetária de rendimentos de aplicações financeiras." ARE 1.314.490, tema 1.168.

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoInformacaoGeral/anexo/Edio175.pdf>

## **STF COMEÇA A JULGAR AÇÃO SOBRE SEQUESTRO DE VERBAS EM CASO DE PARCELAMENTO COMPULSÓRIO DE PRECATÓRIO**

Para o relator, ministro Edson Fachin, o texto constitucional previu o sequestro como medida extrema, em razão do descumprimento do regime geral de pagamento de precatórios.

[Leia mais...](#)

### DEFESA

## **UNIÃO DIZ QUE ORÇAMENTO NÃO IMPEDE QUE STF SUSPENDA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS**

Pelo menos quatro ações sobre os precatórios do Fundef devidos pela União aos estados estão em julgamento no Supremo

FLÁVIA MAIA

[Leia mais...](#)

## **SUPREMO DERRUBA DECISÃO DO TST SOBRE RESPONSABILIDADE DE DÍVIDA TRABALHISTA**

Empresa pertenceria ao mesmo grupo econômico do empregador

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que pretendia responsabilizar uma empresa, na fase de execução do processo trabalhista, pelo pagamento de verbas devidas a um trabalhador. Ela foi incluída na cobrança por supostamente pertencer ao mesmo grupo econômico do empregador.

[Leia mais...](#)

## **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE FASE ÚNICA E REGULAMENTAÇÃO DE ATIVIDADE GARIMPEIRA - ADI 6672/RR**

O plenário do STF decidiu que é inconstitucional a legislação estadual que, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, cria modalidade mais simplificada de licenciamento ambiental (1).

[Leia mais...](#)

## **PLENÁRIO DO STF INICIA JULGAMENTO SOBRE VALIDADE DA LEI DOS CAMINHONEIROS**

A exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais e as regras para o descanso e alimentação estão entre os temas questionados.

[Leia mais...](#)

## **STF NEGA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA OBRA DE IGREJA EVANGÉLICA**

Para a construção de um templo, igreja teria realizado mutirão

Por Gilmara Santos — São Paulo

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus deve realizar o recolhimento do Imposto sobre Serviço (ISS) incidente sobre os serviços de construção de um templo religioso no município Presidente Prudente (SP).

[Leia mais...](#)

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª SEÇÃO

### **STJ: MULTA NO DRAWBACK INCIDE A PARTIR DO 31º DIA DE INADIMPLEMENTO**

Entendimento também foi de que, em caso de descumprimento, juros são calculados no momento da importação

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais...](#)

INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA

### **DATA LIMITE PARA USAR PREJUÍZOS FISCAIS NO REFIS É A DA DECLARAÇÃO AO FISCO, DIZ STJ**

Por Danilo Vital

Ao instituir data limite para que as empresas utilizem prejuízos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para liquidação de valores consolidados no Refis a título de juros e multa, o legislador elegeu como marco a declaração destes ao Fisco, não a mera apuração de sua existência.

[Leia mais...](#)

### **STJ ADIA JULGAMENTO SOBRE PAGAMENTO A CREDOR NÃO INCLUÍDO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Definição é vista como essencial para o sistema de reestruturação de empresas em crise

Por Bárbara Pombo, Valor — São Paulo

[Leia mais...](#)

### **RELATOR VOTA PELA NATUREZA TAXATIVA DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS; PEDIDO DE VISTA SUSPENDE JULGAMENTO**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou nesta quinta-feira (16) o julgamento de dois recursos para definir se a lista de procedimentos de cobertura obrigatória para os planos de saúde, instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é exemplificativa ou taxativa – ou seja, se as operadoras dos planos podem ou não ser obrigadas a cobrir procedimentos não incluídos na relação da agência reguladora. Há divergência sobre o tema entre as duas turmas que compõem a seção de direito privado.

[Leia mais...](#)

## **SEGUNDA TURMA CONFIRMA MULTA DE VALOR FIXO POR HECTARE DESMATADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou legal a multa de R\$ 1.500 por hectare (totalizando R\$ 6.750) aplicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a um homem acusado de desmatar 4,5 hectares de área de preservação ambiental.

[Leia mais...](#)

## **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

VÍNCULO NÃO RECONHECIDO

### **TST VALIDA ACORDO ENTRE HOTEL E TRABALHADOR SEM RECOLHIMENTO DE INSS**

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válido um acordo homologado em juízo entre a Mucugê Village Resort Hotel S.A., de Belo Horizonte, e um administrador de obra, e afastou a incidência de contribuições previdenciárias sobre o valor acordado.

[Leia mais...](#)

## **CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**

### **CARF AFASTA TERCEIRA AUTUAÇÃO FISCAL SOBRE VENDA DO PÃO DE AÇÚCAR AO CASINO**

Para os conselheiros, justificativa para a cobrança não seria válida

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastou uma cobrança de tributos recebida pela Paic Participações (holding da família Diniz) por causa da operação que passou o controle do Grupo Pão de Açúcar (GPA) para o francês Casino, em 2012.

[Leia mais...](#)

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

ECONOMIA

### **PROPOSTA PRORROGA A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS ATÉ 2026**

Najara Araujo/Câmara dos Deputados

Efraim Filho argumenta que a desoneração vai promover o desenvolvimento econômico

[Leia mais...](#)

## **PEDIDO DE VISTA ADIA VOTAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS NA CCJ**

Relator diz que proposta de emenda à Constituição não ofende a separação de Poderes ou os direitos individuais

Um pedido coletivo de vista adiou a discussão e a votação da chamada PEC dos Precatórios na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Parlamentares contrários à matéria querem mais tempo para analisar o texto, que divide opiniões no colegiado.

[Leia mais...](#)

## **SENADO FEDERAL**

### **SENADO DEFINE 'PRAÇA' PARA COBRANÇA DO IPI**

Para o relator , senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a aprovação do projeto vai dar mais segurança jurídica à questão

Jefferson Rudy/Agência Senado

[Leia mais...](#)

### **SENADO APROVA POSSIBILIDADE DE CONDOMÍNIO SER PESSOA JURÍDICA**

O nome legal para condomínios que tenham, ao mesmo tempo, área privativa do morador ou compartilhada com demais moradores, é "condomínio edilício". O relator foi o senador Mecias de Jesus

Proposições legislativas PL 3461/2019

[Leia mais...](#)

### **SENADO VAI ANALISAR PROJETO QUE COÍBE 'JABUTIS' EM MEDIDAS PROVISÓRIAS**

Para o autor da proposta, Lasier Martins, falta de regramento sobre 'jabutis' prejudica processo legislativo

Pedro França/Agência Senado

[Leia mais...](#)

## **COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

### **CVM PROPÕE ALTERAÇÃO DA NORMA DE INVESTIDOR NÃO RESIDENTE**

Objetivo é desburocratizar e agilizar o acesso desse tipo de investidor (pessoa natural) ao mercado brasileiro

[Leia mais...](#)

## OPINIÃO

### A GRANDE ESPERA PELO NOVO REFIS

No dia 5 do mês de agosto deste ano, o Senado aprovou um projeto que concede uma nova roupagem ao Refis, o denominado "Refis da Covid". O objetivo do novo projeto consiste em incentivar a regularização de dívidas tributárias para com a União, de empresas e de pessoas físicas. A situação atual do texto é o encaminhamento à Câmara dos Deputados para análise da proposta.

[Leia mais...](#)

### ALTERNATIVAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Kiyoshi Harada

Nenhum sistema tributário pode conviver com a edição desordenada desses instrumentos normativos de menor hierarquia. Somente um jejuno em Direito Tributário não sabe disso.

[Leia mais...](#)

### PROFESSORA TERESA ARRUDA ALVIM FALA NO STF SOBRE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DE DECISÕES

Em evento virtual, a jurista explicou que a modulação é uma forma de defender o jurisdicionado dos efeitos de mudanças bruscas de decisões e fortalecer o sistema de precedentes.

[Leia mais...](#)

## EXECUÇÃO FISCAL

### A COMPENSAÇÃO E OS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL VOLTAM AO DEBATE NO STJ

Questão que se pensava pacificada há mais de 10 anos deve ser rediscutida em breve

HORÁCIO VEIGA DE ALMEIDA NETO

[Leia mais...](#)

### TRIBUTARISTAS CONSIDERAM AUMENTO DO IOF INCONSTITUCIONAL

Segundo advogados, tributação extra vai encarecer contratos de curto prazo  
Por Gilmara Santos e Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia mais...](#)

## OPINIÃO

### STF REABRE DISCUSSÃO SOBRE EMPRESAS DO MESMO GRUPO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Por Luiz Eduardo Amaral de Mendonça e Jacques Rasinovsky Vieira

Decisão publicada na última terça-feira (14/9), ainda sem repercussão geral, ou seja, sem a necessidade de sobrestamento de todos os casos semelhantes, trouxe bastante discussão e vai em desconformidade com as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho.

[Leia mais...](#)

## DIREITO DO AGRONEGÓCIO

### **FUNRURAL SOBRE AS RECEITAS DECORRENTES DE EXPORTAÇÃO: ADI 4.735/DF E RE 759.244/SP**

Por Fábio Pallaretti Calcini, Marcelo Guaritá Borges Bento e Taís Mascarenhas Bittencourt

Neste artigo pretendemos tratar de questão relevante para o Funrural e RAT no tocante às exportações e à imunidade tributária.

Prevê o artigo 149 da Carta Magna quanto à imunidade e as receitas decorrentes de exportação para as contribuições tal como o Funrural:

[Leia mais...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

*Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".*



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)